

REFLEXÕES ANTROPOLÓGICAS SOBRE IDENTIDADES CULTURAIS REGIONAIS, MIGRAÇÃO E PRECONCEITO: O CASO DOS TRABALHADORES “BAIANOS” NA CIDADE DO RIO GRANDE/RS

Dardo Lorenzo Bornia Junior*

Resumo: Neste trabalho, analiso, a partir de um olhar antropológico, as tensões surgidas nesta década, na cidade do Rio Grande/RS, em virtude da chegada de trabalhadores migrantes de outros estados do Brasil, especialmente da Bahia. Com a ampliação do porto e com a criação de um polo naval na cidade, resultado dos investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento, do governo federal, Rio Grande tem passado por um período de acelerado crescimento urbano e econômico, com diversos efeitos colaterais negativos, como aumento da violência, inflação, caos na mobilidade urbana, entre outros. Para boa parte dos moradores da cidade, a culpa de tais mazelas é dos trabalhadores migrantes, os chamados “bairanos”. Além de terem tomado as vagas de emprego que seriam destinadas aos rio-grandinos, eles ainda teriam provocado alterações deletérias na rotina da cidade, até então pacata e ordeira. Busco, através de observações etnográficas e entrevistas, com “bairanos” e rio-grandinos, desenvolver reflexões antropológicas sobre identidades culturais regionais, migração e preconceito, a partir do caso local de Rio Grande. Em síntese, é possível dizer que, para muitos rio-grandinos, dos mais variados graus de escolaridade e condições socioeconômicas, os “bairanos” são vistos, com efeito, como menos civilizados e desordeiros, como ameaça ao emprego local e às mulheres e famílias. Nesse processo complexo de julgamento do outro, isto é, do migrante, são acionados estereótipos regionais e preconceitos, e são criados estigmas que, evidentemente, dificultam a inserção desses trabalhadores na vida social local de Rio Grande.

Palavras-chave: Identidades culturais regionais. Migração. Preconceito.

*Mas isso é só
Porque ela se derrete toda
Só porque eu sou baiano...*

Besta é Tu, Os Novos “bairanos”, 1972

1 Introdução

Rio Grande é a cidade mais antiga do estado do Rio Grande do Sul, fato que desperta o orgulho de pertencimento local entre seus habitantes, autodenominados como “papareias”. A identidade gaúcha também é fortemente acionada, com apego a tradições regionais, como o

* Doutorando em Antropologia Social na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em Sociologia pela UFRGS. Professor de Ciências Sociais no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), campus Rio Grande. E-mail: dardo.bornia@riogrande.ifrs.edu.br



chimarrão, a música tradicionalista e a origem campeira – parte considerável da população local tem relações familiares ou é proveniente de zonas rurais do sul do estado. Além disso, reconhece-se a vinculação histórica da cidade com a colonização portuguesa, que pode ser percebida por apreciação da arquitetura colonial remanescente, sobretudo nas áreas centrais da cidade. Rio Grande é um município extenso territorialmente e conta com aproximadamente 200 mil habitantes, concentrados em sua maioria na península que invade a Lagoa dos Patos e, secundariamente, na praia do Cassino. O resto da população vive espalhado nas longínquas áreas rurais do município, como a Ilha dos Marinheiros, o Povo Novo e as proximidades da reserva do Taim. A cidade não chega a formar nenhuma conurbação, pois é separada de São José do Norte pela lagoa e do extremo sul do estado por uma área longa de reserva ambiental e campos neutrais. Pelotas é a cidade mais próxima, com ligação por terra, pela BR 392, mas não há urbanização contínua entre as duas cidades, que distam em torno de 60 km.

Cheguei a Rio Grande em 2010 para trabalhar como professor de ciências sociais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFRS), com alunos do ensino técnico e tecnológico. Encontrei uma cidade em acelerado desenvolvimento econômico, com visíveis sinais nas ruas, como a ampliação de estradas, a explosão de obras no setor portuário e a chegada de trabalhadores migrantes, para a ocupação de postos de trabalho no porto e no polo naval. É importante colocar que Rio Grande permaneceu, durante a maior parte do século XX, relativamente isolada geográfica e economicamente, com exceção feita ao porto e às suas atividades translocais e internacionais. Não podia ser considerada um polo atraente de mão de obra, sendo que seus próprios habitantes migravam, muitas vezes, em momentos de escassez de empregos na economia local. A cidade era, ademais, caracterizada pela paz e tranquilidade interioranas e por costumes provincianos. Os únicos forasteiros, por assim dizer, eram os militares, predominantemente oriundos do estado do Rio de Janeiro, bem integrados à vida local, suponho, por se coadunarem aos princípios de ordem estabelecidos na cidade. Vale lembrar que Rio Grande é uma importante base militar, tanto do exército como da marinha.

A cidade passou a fazer parte do conjunto de investimentos e obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do governo federal, a partir a segunda metade dos anos 2000. A promessa era a de que Rio Grande se tornaria um importante polo industrial, convertendo-se em locomotiva do desenvolvimento da metade sul do estado. Dentre as obras iniciadas, destacam-se a ampliação do porto e a construção de um estaleiro para a indústria naval, para fabricação de cascos e construção e reparo de plataformas petrolíferas, como a P53, concluída em 2008 (DORNELES; BORGES; POTTES, 2011). Obras de infraestrutura



urbana e logística também foram empreendidas, a fim de suprir as demandas da expansão econômica. É preciso dizer, entretanto, que a cidade não dispunha de mão de obra qualificada para dar conta de projeto de tamanha expressão. As empresas que se instalavam no polo naval traziam grupos de trabalhadores “de fora”, que passaram a vir em levadas cada vez mais expressivas, enquanto a cidade se organizava para formar, lentamente, trabalhadores qualificados para a ocupação dos empregos gerados pela indústria naval, como os de operador de máquinas e de soldador (FEIJÓ e MADONO, 2013).

Muitos migrantes vinham do nordeste e, em especial, da Bahia. Todos, no entanto, passaram a ser rotulados genericamente como “baianos”. Os “baianos” chegavam e iam morar em casas alugadas, em grupos de homens. Vinham para trabalhar com contratos assinados por tempo determinado, deixando as famílias na terra natal e viajando de tempos em tempos para visitá-las. Um fenômeno importante começou a ocorrer em Rio Grande, neste ínterim, como consequência do crescimento acelerado e relativamente descontrolado pelo qual passava a cidade, a saber, o *boom* urbano e seus maléficos efeitos colaterais, como caos no trânsito, deficiência nos serviços de transporte e saúde, aumento da violência, inflação acima da média, especulação imobiliária, etc. (MATTOS e ROSA, 2013). Os culpados? Os “baianos”! Essa foi, com efeito, uma associação feita por muitos rio-grandinos; lógica e direta, corrente no senso comum e no cotidiano dos “verdadeiros” moradores da cidade. Pude observar inúmeras vezes a agonia e o desprezo acionados pela figura dos “baianos” nos nativos rio-grandinos. Além de se converterem em chave de explicação para os infortúnios gerados pelo “progresso”, os “baianos” ainda incomodavam por uma questão de fundo cultural: não eram “civilizados” o bastante para conviverem bem na (até então) pacata e ordeira realidade da cidade. Devo colocar, em tempo, que grande parte de meus dados empíricos acerca do preconceito rio-grandino em relação aos “baianos” provém da minha inserção na vida local, do contato com alunos, vizinhos, amigos, com gente de várias idades e de condições socioeconômicas as mais diversas. Presenciei, além disso, situações emblemáticas, contatos elucidativos entre “baianos” e rio-grandinos. Eu mesmo cheguei a experimentar a tensão dessa relação inter-regional. Também fiz algumas entrevistas, no intuito de realizar esse trabalho, que serviram de recurso metodológico complementar. Os dados empíricos mais relevantes de minha inesperada experiência etnográfica e da pesquisa exploratória que a seguiu serão abordados no próximo capítulo.

Pretendo, nesse trabalho, esboçar algumas reflexões antropológicas sobre a questão do “baiano” na cidade do Rio Grande. Com efeito, esse ser genérico – haja vista que



generalizado e estereotipado – é visto localmente como um sério problema. Desde que cheguei à cidade, o polo naval tem passado por momentos de grande expansão e de desaceleração das atividades. Com a vinda da P55 e da P63 da Petrobrás, por ocasião da minha chegada a Rio Grande, deu-se um extraordinário *boom*, com notável crescimento urbano e econômico e intensa chegada de migrantes de outros estados; à época de minha partida, no começo de 2014, a cidade vivia uma entressafra, com movimentação em torno do polo naval visivelmente enfraquecida. Não obstante, os “baianos” continuavam chegando, empregados ou em busca de trabalho, em virtude dos investimentos e obras em andamento e das promessas de desenvolvimento local e regional ainda não cumpridas. Alguns resolveram se assentar pela cidade, adquirindo imóveis em Rio Grande, na praia do Cassino e até mesmo em Pelotas. Talvez a relação entre rio-grandinos e “baianos” se transforme com o passar do tempo, e é bem provável que isso aconteça. Por isso, deixo claro que abordarei aqui esse momento de contato inicial, em que a cidade, nitidamente concentrada até então em sua rotina local, passou a conviver drasticamente com a presença do outro. Como os rio-grandinos reagiram à chegada dos “baianos”? Que impressões construíram? Que tensões se desenvolveram nesse contato? E, ademais, como os “baianos” se inseriram na realidade da cidade? Essas são, em síntese, algumas das questões que respondo na sequência.

É importante esclarecer que trato a questão da relação entre rio-grandinos e “baianos”, sobretudo, a partir da mobilização de identidades locais e regionais ensejada nesse processo. Com efeito, como afirma Haesbaert (1997), toda identidade social, e, no caso específico, toda identidade regional, deve ser vista como processos de identificação em curso, historicamente mutáveis, em confronto direto com outros grupos identitários. Os rio-grandinos são bastante apegados à sua origem local e às tradições gaúchas, mas essas parecem ter sido reinventadas e recebido novos sentidos como resposta à chegada de migrantes de outras regiões do país. Ser rio-grandino está relacionado genericamente a ser gaúcho, mas, mais especificamente, a ser oriundo da cidade mais antiga do estado, a viver, ainda na atualidade, em uma cidade, nem tão pequena nem tão grande, com traços de requinte colonial, a estar próximo do Uruguai, a ter intimidade com o mar e poder desfrutar da “maior praia do mundo” (praia do Cassino), etc. Com a chegada em massa de migrantes, uma bipolaridade identitária parece ter sido erigida, como recurso local de proteção em face da ameaça estrangeira e como mecanismo de autodefesa. Na prática, contudo, não se trata de uma separação ontológica estanque, radical e definitiva. O que percebi, sendo mais preciso, foi um conjunto de processos dinâmicos, em que identidades se opõem a outras identidades, sofrendo mútua influência, reafirmando-se,



atualizando-se, mas tornando-se outras, justamente em razão do contato inédito e da inegável influência recíproca. Nesse sentido, o ser rio-grandino passa a ser identificado ainda mais com o regionalismo gaúcho, a partir da “invasão baiana”, e o apego à terra, à lagoa, à praia, ao frio e ao vento característicos da cidade parece ter adquirido maior expressão. Muitos migrantes demonstram, por exemplo, certo desprezo pela praia do Cassino, considerada feia por quem está acostumado com praias do nordeste ou do Rio de Janeiro. Para os nativos rio-grandinos, inconformados com a comparação depreciativa, isso é despeito de quem precisa deixar a terra natal para não passar fome. A praia do Cassino é então ressignificada e passa a ser enaltecida, em primeiro lugar, não a partir de seus atributos estéticos, mas da peculiaridade de constituir um ambiente mais “natural e selvagem”, em relação às artificiais praias do Brasil tropical. Em contrapartida, Rio Grande passa a ser valorizada enquanto cidade pequena, desprovida (o que não é verdade) de favelas e grandes bolsões de pobreza, como os que se verificam nas grandes metrópoles de onde vêm os trabalhadores de outros estados. O ser rio-grandino e o ser gaúcho são, em suma, reinventados. As comunidades local e regional, como comunidades imaginadas (ANDERSON, 2008), são recriadas coletivamente e projetadas a partir do encontro com esse outro, o “baiano”, que também é inventado coletivamente em razão da ameaça que constitui, mas que também é ativo e se reinventa situado em um novo contexto social local. A questão das identidades é, enfim, relacionada diretamente com o preconceito e com a estereotipação, como se pode notar. No capítulo a seguir, proponho algumas reflexões antropológicas e uma análise mais detalhada acerca dessas questões.

2 O problema dos “baianos”

Os trabalhadores migrantes são percebidos por muitos, na cidade do Rio Grande, como um problema. Como provêm em grande medida do nordeste e, especialmente, da Bahia, passaram a ser rotulados indiscriminadamente como “baianos”. Trata-se, portanto, aos olhares menos acurados de boa parte dos rio-grandinos, do problema dos “baianos”. Um baiano me disse que muitos “baianos” são, na realidade, pernambucanos, goianos, mineiros e paraenses, mas que os rio-grandinos são “burros” e bitolados demais e que, por isso, não sabem diferenciar os sotaques, chamando a todos preconceituosamente de “baianos”. Segundo ele, os rio-grandinos só sabem reconhecer sulistas, paulistas e cariocas – e esses últimos, devido ao “s” puxado, com som de “x”, e à considerável presença de militares fluminenses na cidade. Todo o restante dos brasileiros que chega à cidade é identificado como baiano, por ignorância e preconceito local. O rotulamento e a generalização do trabalhador migrante, bem como sua



marginalização, produzida em função da conversão de seu ser, de mero outro, para outro que é um visível problema local, se dá nos moldes concebidos no clássico estudo de Elias e Scotson (2000). Para os rio-grandinos, os “baianos” são entendidos como *outsiders*, com lugar definido na hierarquia social local. O problema se instaura quando eles percebem esse outro, o “baiano”, como alguém que não sabe o seu lugar e que, além disso, tenta ocupar posições sociais e espaços simbólicos reservados aos nativos, isto é, os “estabelecidos”, cuja legitimidade se constitui pelo histórico pertencimento local e pelo cultivo às tradições locais e regionais. O outro é, ao menos no imaginário local, alijado, portanto, de grande parte das possibilidades de integração à vida social da cidade, e passa a ser não somente rotulado, mas estigmatizado (GOFFMAN, 1988). É importante aqui admitir que, como afirma Bezerra (2012), vínculos e sentimentos de pertencimento territorial, que constituem manifestações culturais legítimas, acabam sendo, muitas vezes, mobilizados coletiva e individualmente enquanto princípios de classificação, hierarquização e exclusão de grupos sociais e, de maneira geral, do outro. No caso da relação entre rio-grandinos e “baianos”, a questão migratória é decisiva para o entendimento de tal hierarquização e para a conversão do outro em problema local. Segundo Sayad (1998), que investigou a questão da imigração argelina na França, o imigrante – no nosso caso, o migrante – vem para servir como força de trabalho provisória, passando logo a constituir um “problema” para o país que o recebe. Isso porque ele estabelece novos vínculos locais e cria raízes, embora permaneça sendo estrangeiro e cultivando laços com a terra de origem. Há aí, portanto, uma tensão cultural e social difícil de ser resolvida.

Apesar da distinção claramente estabelecida entre os autênticos moradores da cidade e os “de fora”, a interação e, por conseguinte, a inserção dos migrantes na realidade rio-grandina é inevitável. Com efeito, basta passar um tempo em Rio Grande para ver “baianos” em filas de bancos, em supermercados e farmácias, nas festas e restaurantes da cidade, nas ruas e, durante o verão, aproveitando a praia do Cassino. Nesse sentido, é premente afirmar que o ser “baiano” em Rio Grande, para além da afirmação e da expressão da baianidade, enseja a absorção de elementos da cultura local e regional. Um exemplo fortuito disso, mas elucidativo, é a criação do hábito de tomar chimarrão. Trata-se de um processo de transculturalização, característico de movimentos migratórios globalizados, que, em vez de homogeneizar e suprimir culturas locais, acaba por complexificá-las, fundindo-as, reconfigurando-as e criando redes translocais, como assevera Sahlins (1997). A inserção dos “baianos” à vida cotidiana rio-grandina é marcada pela introdução de costumes exógenos na



rotina da cidade, pela aquisição de novos costumes, por parte dos migrantes, bem como pelo conjunto de tensões imbricadas nesse processo de interação cultural. Certa vez, um rio-grandino me disse, em tom de piada, que a cidade estava ficando tão baiana que, em alguns anos, o pórtico de entrada da cidade seria transformado em Elevador Lacerda – em alusão ao importante ponto turístico de Salvador. Penso, de qualquer maneira, que o elemento simbólico que melhor define a interação sociocultural entre “bairianos” e rio-grandinos é a música “Foge que é baiano”, funk lançado na internet em janeiro de 2013, pelo grupo Acarajé e Vatapá, que obteve grande sucesso e milhares de visualizações no You Tube. A música fala, em tom debochado, acerca das vivências dos “bairianos” em Rio Grande, sobre seu trabalho e o que fazem nos momentos de folga (ou o que deles se espera). Na letra, nota-se o incômodo que os “bairianos” exercem sobre a rotina rio-grandina, narrado pelos próprios “bairianos”, como sinal de vitória – ou de atitude e/ou resistência –, ficando subentendido o preconceito que sofrem. A música, cuja letra encontra-se na íntegra em nota abaixo¹, é repleta de elementos da cultura popular, e funde, a um só tempo, símbolos da vida local rio-grandina e da cultura e da música baiana e brasileira.

Reservei subseções desta seção do artigo para me deter com maior detalhamento na análise de questões empíricas relevantes, que servirão para elucidar as discussões que tenho até aqui proposto. A divisão que estabeleci, evidentemente arbitrária, revela aspectos que considere especiais, por sua importância simbólica em termos de impacto, repetição ou profundidade, no que se refere à temática deste trabalho. Destaco, a seguir, enquanto elementos interpretativos centrais, a criação de estereótipos e generalizações e a recorrência de tais categorias como pilares de construção das relações entre “bairianos” e rio-grandinos; a ameaça aos empregos e à ordem da vida local, atribuída aos “bairianos”; a rejeição de hábitos “bairianos” associados à falta de civilização e boas maneiras e a sua aparência tida como inapropriada; e, finalmente, o mal-estar evocado no âmbito da sexualidade e das relações de

¹ Foge que é baiano (2013), Acarajé e Vatapá

Oxi, hahái... / Todo pessoal da P58, P55... Tamo Junto! / Trabalho na “Ingivix”, sou encarregado... / Melhor gato que tem, venha, se aproxime... / Os encarregado vão chegá... 2x / Eu bebo litrão da “mainha” com os mano / Foge que é baiano, foge que é baiano... / Xaveco traveco, não tô nem “ligano” / Foge que é baiano, foge que é baiano... / Churrasco segunda, vizinho “acordano” / Foge que é baiano, foge que é baiano... / Eu curto a Ivete, o Naldo e o Caetano / Foge que é baiano, foge que é baiano... / Na festa eu toco o terrô, só pique parangolé / Rebolation na Buarque, no Lads tem mulé / Encontrei uma encorpada que só podia por trás / Peituda do gogó grande, conheci na Silva Paes / De boombox no busão, gel, cabelo do Neymar / Tem cavaco, tem tantam, Viação Noiva do Mar / Agora eu fiquei doce e é assim que eu sobrevivo / Tô tirando onda no rolé de seletivo / Se eu tiver boombox? Foge que é baiano / E loco de cerveja? Foge que é baiano / Tem churrasco todo dia? Foge que é baiano / Tem segunda e quarta-feira? Foge que é baiano / Vatapá e Acarajé... Salvador Dalí, Salvador é aqui... Rio Grande, oxi.



gênero nos rio-grandinos pela presença dos “baianos” na cidade. A separação de tais itens é meramente didática, no sentido de organizar a análise e de facilitar a leitura do texto, uma vez que, na realidade, todas essas questões estão imbricadas. Os dados empíricos com que trabalhei, vale lembrar, são fruto de observações e vivências realizadas durante minha permanência, a trabalho, na cidade do Rio Grande. Foram três anos nos quais muitos eventos relevantes se deram ao acaso, em conversas com amigos e colegas de trabalho ou vizinhos, ou, ainda, em situações inesperadas na rua e até mesmo em viagens. Para complementar os dados empíricos, realizei quatro entrevistas semiestruturadas, duas com “baianos” que trabalham na cidade e duas com rio-grandinos que trabalham diretamente com “baianos”.

2.1 Estereótipos regionais

Os rio-grandinos entendem os “baianos” e interagem com eles a partir de estereótipos. De acordo com Souza (2010), em reflexão acerca da recepção de nordestinos na região sudeste, os estereótipos são construídos com base em preconceitos. O erro começa com a atribuição da categoria de “baianos” a inúmeros não baianos, generalização que maximiza o impacto de tal regionalidade e contribui para a concentração do foco das tensões inter-regionais na relação bipolar entre gaúchos rio-grandinos e migrantes “baianos”. Além disso, os habitantes da cidade estereotipam a si próprios, como forma de oposição ao outro, recorrendo a traços simbólicos locais e regionais. Não obstante, os “baianos” também se estereotipam e produzem estereótipos acerca dos nativos rio-grandinos.

Segundo Guimarães (2002; 2004), o estereótipo do “baiano” – metonímia de gente do norte e do nordeste –, construído ao longo do século XX no sul e no sudeste do Brasil, é o de migrante pobre, ignorante e preguiçoso, sem espírito empreendedor e vagabundo, de gente de pele parda e de segunda classe. Tem relação direta, portanto, com as questões de raça, cultura e classe social. Na realidade rio-grandina do século XXI, o estereótipo não é muito diferente disso. A concepção do “baiano” como preguiçoso é bastante difundida. Muita gente que conheci pensava assim. Não se pode dizer que o “baiano” é um vagabundo que não trabalha, já que o trabalho é razão precípua de seu aparecimento em Rio Grande. No entanto, a vagabundagem “baiana” é deslocada para outras dimensões da vida social. O “baiano” é um vagabundo que cria problemas, que incomoda na cidade e na praia, que “dá em cima” de mulheres casadas, etc. Até pode ser que trabalhe, mas quando pode, faz de tudo para escapar do serviço. Uma aluna me relatou, certa vez, que o caos na saúde rio-grandina se devia aos “baianos”, que enchiam os postos de saúde e unidades de pronto atendimento para pegar



atestados médicos. De fato, a presença de trabalhadores migrantes fez aumentar a demanda por serviços de saúde na cidade, mas por outras razões, evidentemente. Lembro-me de uma vez ter ficado em observação no pronto atendimento, ao lado de um “baiano” imobilizado, deitado em uma maca, por ter sofrido um acidente de trabalho. Minha aluna, porém, não disse que eles procuravam ajuda médica por ficarem doentes, e sim para escaparem do trabalho. Para muitos rio-grandinos, os “baianos” são ignorantes e mal-educados, são “gentinha”. É uma visão muito comum. Cheguei a ouvir pessoas de elevada formação escolar comentarem que não gostavam dos “baianos”, porque eram menos civilizados que os gaúchos. Um “baiano” me relatou que, certa feita, enquanto esperava na fila do supermercado, outro “baiano” passava as compras no caixa. O rapaz pediu para sair rapidamente e buscar algo que havia esquecido de pegar. Quando foi embora, a atendente, que estava inconformada pelo transtorno ocasionado pela sua demora, proferiu: “essa lerdeza toda tinha que ser coisa de baiano”. Ao que meu interlocutor respondeu: “tenha cuidado com o que você fala, moça; você nunca sabe quem tá na sua frente”. O episódio, aparentemente fortuito, revela o estereótipo do “baiano” enquanto indivíduo atrasado, lerdo ou preguiçoso, incutido no imaginário rio-grandino. Outro caso emblemático é o das acusações de rio-grandinos sobre a culpa dos “baianos” no que se refere ao aumento da criminalidade na cidade. Ninguém sabia de algum “baiano” criminoso, o que era realmente difícil de encontrar, visto que eles chegavam a trabalho, mas, para muitos, sua presença estimulava a baderna. Emerge aqui o estereótipo do baiano desordeiro, criador de confusão. Ouvi diversos relatos desse tipo, que narravam brigas em boates, quebra-pau no meio da rua, discussões na praia. Muitos “baianos” apanharam devido a confusões e alguns, inclusive, foram baleados, após bebedeiras e festas noturnas na cidade. A culpa? Segundo os boatos que corriam, a culpa era sempre deles, principalmente quando o episódio tinha a ver com mulheres. Poderia citar outros exemplos de imagens estereotipadas, que ainda aparecerão em subseções subseqüentes. O importante, neste momento, é deixar claro o quanto a figura dos migrantes, pessoas de carne e osso, com características únicas em nível individual, é construída genericamente a partir de estereótipos regionais.

Ao estereótipo do “baiano”, os rio-grandinos contrapõem estereótipos gaúchos, criados aqui no estado. O gaúcho aparece, nesse imaginário, como trabalhador, como pessoa séria e comprometida, apegada à família e a bons hábitos. É evidente, contudo, que tais impressões não ficam sem oposição. Para os “baianos” de Rio Grande, eles é que sabem se divertir. Gaúcho não acha graça de nada. Vive uma vida cinza, tão cinza quanto o céu de Rio

Grande. Em uma das entrevistas, um baiano reproduziu a velha piada acerca do gaúcho homossexual. Para ele, tudo o que ocorre na cidade é, na verdade, medo dos gaúchos, medo de perderem as mulheres. “Sabe como é, né, gaúcho é tudo ‘viado’, tudo enrustido”. É possível perceber aí, implícita, outra identificação muito importante, a da virilidade do baiano, que será abordada adiante.

2.2 A questão do emprego local e a falácia do progresso

Conforme Dorneles; Borges; Pottes (2011), os projetos de desenvolvimento do setor portuário e do polo naval implantados em Rio Grande têm gerado crescimento econômico e constituem, por extensão, excelentes oportunidades para expansão e qualificação do mercado de trabalho local. Com efeito, nos últimos anos diversos cursos de formação de mão de obra industrial qualificada foram criados na cidade e, com o passar do tempo, houve significativo crescimento de contratações de rio-grandinos por empresas que se instalaram na cidade. Ainda assim, a demanda é suprida, em expressiva quantidade, por trabalhadores migrantes de outros estados, que se adéquam à dinâmica sazonal característica do trabalho no setor. Isto é, quando há serviço na cidade, eles vêm em levadas, permanecendo por tempo determinado, na maioria dos casos. Quando acaba o serviço, simplesmente vão embora. Feijó e Madono (2013) e Pinto (2014) alertaram para os problemas ocasionados pela “invasão” de migrantes na cidade. Além de tensões de âmbito cultural, digamos assim, que também abordo neste trabalho, há questões delicadas, relacionadas com a organização econômica e do trabalho de Rio Grande, as quais são ressaltadas pelos autores.

Posso sintetizar o problema em uma frase significativa: para muitos rio-grandinos, os “baianos” são predadores de empregos. É importante, no entanto, contextualizar tal afirmação. A rixa por competição no mercado de trabalho é perceptível, sobretudo, em trabalhadores da indústria, que esperam encontrar nas promessas de desenvolvimento da cidade o caminho para o sucesso em suas trajetórias profissionais. Muitos trabalhadores e alunos de cursos técnicos passaram a demonstrar certo pessimismo, em face da vinda de trabalhadores de outras regiões do país. “Esse polo naval é uma enganação. Ele trouxe os “baianos”, que vão embora quando acabarem os empregos. Depois que tudo acabar, não vai sobrar nada em Rio Grande. Só um monte de gente qualificada e desempregada”. Essa fala corresponde ao pensamento de muitos trabalhadores da cidade, e a ouvi, com pequenas variações, em incontáveis situações. Para os que se dizem mais realistas, este é o preço que Rio Grande paga por promover crescimento sem planejamento. “É tudo política. Quem ganha com o polo são as empresas de fora. Pra Rio



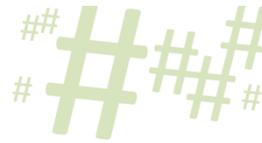
Grande, mesmo, não fica nada. Nem qualificação deram para nós. Pra eles, contratar gente de fora é melhor, melhor que esperar ter mão de obra qualificada na cidade”. Percebe-se, nesse sentido, que, para os trabalhadores locais, a presença do outro, como concorrente desleal pelas vagas de trabalho, encarna na prática a realidade da desilusão diante do sonho profissional. Para os menos críticos, a culpa disso é dos “baianos”, e o ressentimento e o repúdio, portanto, acabam se tornando mais expressivos. Um trabalhador rio-grandino do setor, crítico do espírito xenofóbico dos trabalhadores da cidade, me disse que, quando o desenvolvimento terminasse, muita gente teria que migrar, passando, então, pela experiência inversa, e que, aí, “eles iriam ver só, sofreriam fora do estado tudo aquilo que fizeram aos ‘baianos’”. Outro fator que ajuda a explicar a revolta dos trabalhadores locais é a desproporção dos salários. Segundo alunos de cursos profissionalizantes, os empregos oferecidos no polo naval chegam a pagar até cinco mil reais por mês para trabalhadores com formação técnica, valor muito superior ao pago em empregos de outros setores para trabalhadores com qualificação similar.

Há ainda outro problema, derivado diretamente do que apresentei acima. Sayad (1998) assevera que o imigrante é considerado um ser provisório na terra aonde chega, apesar de ser responsabilizado por problemas permanentes. Não se trata exatamente de um paradoxo. Com efeito, dá-se uma lógica perversa em tal realidade. Embora os “baianos” sejam concebidos pelos rio-grandinos sob o olhar da transitoriedade, os efeitos negativos gerados por sua presença são entendidos como duradouros. Mas que efeitos são esses? Ora, com a chegada de trabalhadores de outras regiões do Brasil, com bons empregos e dispostos a gastar boa parte de seus salários na economia local, deu-se um superaquecimento da demanda, especialmente nos setores do comércio e de serviços. Os preços sofreram elevação considerável do começo da década para cá, em Rio Grande, superando as médias estadual e nacional. O mercado imobiliário constitui o melhor exemplo disso. Cabe colocar que os preços de imóveis e aluguéis chegaram a atingir valores exorbitantes, na cidade. Além da inflação, outros transtornos foram sentidos sem dificuldade. Superlotação de supermercados, farmácias e ônibus; agitação nas ruas, tumultos e incapacidade local para comportar tamanho crescimento urbano. Em todo lugar que se ia, as filas eram imensas, estacionar era impossível, pegar ônibus era um desafio. Assim, não foi difícil associar os transtornos gerados pelo caos urbano e pela perda do valor de compra dos salários à primeira ameaça visível aos moradores locais, isto é, os “baianos”, que compravam nos supermercados, enchiam ônibus e carros, frequentavam lojas, saíam à noite. É preciso dizer que a associação feita entre a chegada de trabalhadores migrantes e a situação caótica instaurada na cidade, no auge das obras do polo

naval, esteve presente, a rigor, nas falas e reclamações de rio-grandinos representantes dos mais variados níveis de formação escolar e condições socioeconômicas. Para muitos, nessa linha de observação, o progresso passou a ser visto como um engodo. Os descrentes começaram a duvidar de que os investimentos do PAC trariam vinte anos de crescimento econômico, conforme o prometido. Um trabalhador do polo me disse que os vinte anos não passariam de dez e, que, portanto, o progresso estaria com os dias contados. Tal projeto de desenvolvimento seria o responsável, segundo as percepções dos rio-grandinos mais críticos, pelo agravamento das mazelas urbanas da cidade, pelo aumento da inflação e da criminalidade e pelo fim da paz e tranquilidade características da cidade, bem como pela exploração de seus recursos naturais. Os benefícios seriam pequenos e fugazes, em comparação ao prejuízo gerado. Para alguns, o progresso se tornou sinônimo de desilusão e de desconfiança. Para outros, permaneceu alimentando esperanças. No epicentro desse fenômeno, encontram-se os migrantes, identificados genericamente como “bairianos”.

2.3 Maus hábitos, aparência inapropriada e cultura incivilizada

De acordo com muitos rio-grandinos, os “bairianos” têm maus hábitos e não se comportam de maneira apropriada, principalmente quando estão na rua, dividindo o espaço público com a população local. Têm hábitos incivilizados, provocativos, desrespeitosos. Não se esforçam no sentido de cultivar boas relações com vizinhos e relações de respeito com estranhos, na rotina da vida da cidade. Quem já foi a Rio Grande, já deve ter ouvido falar do famoso “churrasco na calçada”, costume elaborado pelos “bairianos”, que irrita a qualquer rio-grandino, por mais pacato que seja. Como a cidade tem séria escassez de espaço, visto que se encontra cercada por água – não tendo para onde crescer em suas áreas principais –, os terrenos são muito pequenos, e as casas, remetendo ao estilo colonial, são, em sua maioria, grudadas umas às outras, divididas apenas por uma parede. Os pátios são minúsculos e não contam com área frontal. Geralmente, a porta de entrada da casa dá acesso direto à rua. É nesse tipo de casa que os “bairianos” vivem, quando residem no centro da cidade. Moram em grupos de homens em casas alugadas, ou em alojamentos específicos para recebê-los. Quando não estão no trabalho, buscam aproveitar os momentos de folga, normalmente com boas doses de descontração, até porque estão longe das atribuições e compromissos de família. Uma forma bastante comum de se divertir nas folgas é por meio de um churrasco com amigos, regado a música e cerveja. É aí que começa o problema. Onde assar uma carne? Ainda mais para grupos de vários homens. Os rio-grandinos que moram no centro têm estrutura em casa



para isso, ou fazem churrasco no Cassino. Mas e os “baianos”? Como os pátios são geralmente muito pequenos, os “baianos” tiveram de se virar e encontraram uma solução criativa, a saber, fazer o churrasco na calçada, na frente de casa. O rádio era ligado com som alto, e as garrafas e/ou latas de cerveja acompanhavam o rito, feito graças ao uso de churrasqueiras portáteis. Música e falatório no meio da rua. Bebidas, risadas, fumaça. Isso não caiu bem aos olhos e aos ouvidos dos rio-grandinos. A polêmica do churrasco na calçada foi, é interessante dizer, o primeiro registro de conflito de que ouvi falar na cidade. Os “baianos” não eram “civilizados”, de acordo com alguns. Para os mais conservadores, eles eram mesmo baderneiros, provocadores.

Daí em diante, os conflitos e relatos se multiplicaram. Para os rio-grandinos, os “baianos” falam alto demais. Além disso, são mal educados, não têm respeito. Não pretendo estabelecer aqui julgamentos sobre a legitimidade desses costumes. Muitos deles, de fato, eram, além de verídicos, assaz inconvenientes. O problema que destaco é, na realidade, o da generalização e da estereotipação, da atribuição irrestrita de culpa ao outro; enfim, o do estigma conferido a um determinado grupo social e a uma identidade social específica. Este choque cultural é tratado com atenção por Pinto (2014), que propõe a realização de ações públicas e comunitárias de acolhida aos trabalhadores “de fora”, com parcerias envolvendo a universidade local (FURG), a prefeitura e até mesmo igrejas. O que mais incomodava aos rio-grandinos? Muitos “baianos”, por exemplo, ouviam música sem fone de ouvido em lugares públicos, como nos ônibus. Eu mesmo cheguei a passar por uma experiência assim. Certa vez, viajava de Rio Grande a Porto Alegre no ônibus que partia às duas horas da madrugada. Ao meu lado, sentou-se um “baiano”. Quando o ônibus saiu da rodoviária, ele ligou as músicas no celular, em som alto. Durante uns dois minutos, fiquei pensando sobre o que estava acontecendo, muito curioso para ver no que ia dar. Até que, de repente, apareceu um policial militar, que cutucou o meu colega de viagem e pediu em tom autoritário que desligasse o celular ou pusesse os fones de ouvido, alegando que os passageiros, que trabalhariam no dia seguinte, estavam tentando dormir. Esse evento, bastante significativo, me fez pensar a respeito da presença dos “baianos” em Rio Grande e em suas atitudes com relação aos moradores da cidade. Será que eles não tinham mesmo “bons modos”? Seria a “cultura baiana” se manifestando? Ou será que tentavam perturbar a ordem local e boicotar as convenções rio-grandinas em repúdio ao tratamento que recebiam? Afinal de contas, “o baiano não baixa a cabeça pra ninguém”, como ouvi de um deles. Acredito que todas essas possibilidades têm, de fato, algum fundamento. Se ouvir música alta na rua ou dar respostas



atrevidas significa não ter bons modos, muitos não tinham mesmo. Mas inúmeras de tais atitudes pareciam ter um “que” de provocação, de atrevimento. A tensão criada na relação entre rio-grandinos e “bairanos” interferia, em minha percepção, em muitas ações praticadas por ambos. Havia, ademais, diferenças culturais regionais. Os “bairanos” realmente faziam questão de mostrar que eram mais alegres e festeiros. Da mesma forma, alguns rio-grandinos pareciam exibir com orgulho sua expressão sisuda. Tomei conhecimento de muitos excessos. Notícias e boatos sobre brigas, confusões, bebedeiras e arruaças abundavam. Com efeito, alguns “bairanos” se envolviam em brigas de bar, em discussões na rua. Provocavam indignação, intimidação e rubor quando seduziam as mulheres, inclusive as acompanhadas pelos maridos. Preferi não ceder às opiniões do senso comum (constituintes do espírito local), que condenavam os “bairanos” preconceituosamente por suas atitudes, atribuindo-as a certo caráter ou personalidade pré-definido e estereotipado. Fiz algumas ponderações, levado pela prudência. É necessário levar em consideração, por exemplo, o fato de que os “bairanos” de Rio Grande configuram grupos de homens sozinhos, solteiros ou distantes da família. Ali é o lugar para extravasar. Após muitas horas de trabalho pesado, a liberdade é irrestrita. Sem esposa, filhos, pai ou mãe à espreita para cerceá-los ou repreendê-los. As companhias são todas masculinas. Muita bebedeira, festa e praia. Não é de se admirar que tenham brotado tantos conflitos com a população da cidade, pacata e apegada à sua rotina, até então pouco aventureira.

Outro aspecto que incomoda alguns rio-grandinos é o da aparência dos “bairanos”. Eu não havia percebido isso em minhas observações e nem ouvia nada a respeito nas conversas do cotidiano. Nas entrevistas, entretanto, esse elemento apareceu, tanto na fala de um baiano como na de uma rio-grandina. Os “bairanos” têm um modo característico de se vestir. No verão, usam camiseta, bermuda e chinelo. No inverno, casaco grosso, geralmente o da empresa para a qual trabalham, bermuda e chinelo. Para os rio-grandinos, é muito fácil identificar um baiano pela aparência. Pele parda, roupa e jeito peculiar. O uniforme da empresa já é um sinal, mas como há rio-grandinos que também trabalham nas mesmas empresas, o resto do visual baiano é complementado pelo fenótipo e pelo frequente uso de bermudas e chinelo. Almeida (2012) faz observações interessantes sobre o preconceito em São Paulo, revelando o peso atribuído pela aparência no julgamento do outro. Trata-se do que ela chama de “parecer nordestino”. A cor da pele e a identificação do nordestino como miscigenado, pardo, nem branco nem preto, também interferem, de modo a produzir, segundo Almeida (2012) e Guimarães (2002; 2004), significados negativos. No caso rio-grandino, o



“parecer baiano” e a questão da aparência se convertem em problema em situações específicas. Conforme um entrevistado “baiano”, em Rio Grande, assim como em Pelotas, as pessoas se arrumam demais para sair de casa. Coisa de cidade pequena, em sua opinião. Para ir a uma loja ou ao cinema, as pessoas se arrumam como quem vai a uma festa. As mulheres colocam roupas caras, sapato alto, maquiagem. O baiano que vai à loja de chinelo e bermuda é mal tratado por não estar vestido de maneira adequada à situação. Vários “bairanos” teriam sofrido preconceito somente pela aparência, em comércios da cidade, segundo o depoimento que recebi. Sua aparência daria “ares de chinelagem”. Quando a mesma questão apareceu em outra entrevista, fiquei muito curioso com um detalhe. Por que, afinal, os “bairanos” usam apenas chinelos nos pés? De acordo com minha entrevistada rio-grandina, que trabalhou com uma baiana – que viera com o marido, o que é bem raro de se encontrar –, a explicação seria biológica. Sua colega havia lhe dito que os “bairanos” sentem muito calor nos pés. Podiam sentir muito frio pelo inverno de Rio Grande, mas, mesmo assim, sentiam calor nos pés. Para eles, era impossível dormir de meias, por exemplo. Enfim, a questão da aparência e do jeito baiano simples e característico de se vestir pode ser somada ao conjunto dos “maus hábitos”, se considerarmos que a aparência, quando notada como imprópria, também se torna ofensiva, ultrajante, podendo constituir justificativa para exclusão ou preconceito.

2.4 Sexualidade exagerada e o baiano machão

Deixei para o final a questão que talvez seja a mais polêmica dentre as que abordei nesse trabalho. É preciso dizer, de imediato, que, para muitos rio-grandinos, os “bairanos” não são confiáveis no que se refere ao respeito às mulheres e às famílias. Não ouvi, em nenhum momento, uma só opinião que divergisse desse consenso. Conforme as mulheres da cidade, os “bairanos” são abusados, tarados e machistas. Para os homens, por conseguinte, acabam também constituindo ameaça. Há muitos relatos de situações em que “bairanos” intimidaram mulheres, até mesmo mulheres casadas, com filhos ao lado. Algumas rio-grandinas ficaram receosas de ir à praia, por exemplo, em razão do assombroso assédio que sofriam. Ouvi de várias pessoas a história de um baiano que havia apanhado na praia, a qual pode elucidar bem essa questão. De acordo com os relatos, o rapaz teria provocado a mulher em um trailer que vendia comida e bebidas na beira da praia. Como a mulher resistira às investidas, o baiano, atrevido, “segurou sua bunda” na hora em que ela se virava para sair. Seu namorado (ou marido), que estava por perto, era lutador de artes marciais, desses muito fortes, chamados de “marombeiros”. Ele e seus amigos deram uma surra no baiano, que ficou bastante machucado.



A moral da história era, de certa maneira, alertar aos galanteadores forasteiros o que lhes esperava em caso de “se passarem” com as mulheres riograndinas. Cheguei a ouvir colegas de trabalho exprimir o medo que sentiam pelos riscos a que estavam expostas suas esposas. Outro caso interessante é o que narrou, em sala de aula, uma aluna minha, da Educação de Jovens e Adultos. Segundo ela, vários “baianos” frequentavam o bar de sua família, no qual ela trabalhava atendendo aos pedidos. Certa vez, o assédio havia se tornado insuportável. Ela não aguentou e chamou seu marido para atendê-los, embora ele não se envolvesse com o atendimento a clientes. Sua fala, mais ou menos com essas palavras, é interessante, além de cômica: “teve que vir um ‘negão’ de dois metros de altura pra impor respeito, né; viram a loira de olho azul com um ‘negão’. Os ‘baianos’ tudo baixaram a bola e nem me olharam mais no olho”. A situação que me inquietou mais acerca dessa questão, em todo caso, foi uma que observei pessoalmente. Eu entrara em uma agência bancária, na parte em que se encontravam os caixas eletrônicos. Ali estava um casal, e a mulher, indignada, fazia referência a algo que ocorrera antes de meu ingresso. Pelo que entendi, havia um casal de homens no banco, trocando alguma carícia, beijando-se ou simplesmente dando a entender que formavam um casal. Ela reclamava, dizendo em voz exaltada: “é por isso que as mulheres estão todas solteiras; não tem mais homem nesse mundo”. Dois “baianos”, que não tinham relação com o casal, também estavam no banco. Um deles reagiu à fala da mulher, respondendo: “não fale isso, dona, tem muito homem, sim”. O casal retirou-se em seguida e, após sua partida, o rapaz comentou com seu colega: “eu só não agarrei ela aqui mesmo porque tava com o marido do lado; tava se oferecendo; eu ia mostrar só pra ela o que é homem de verdade”. Não podia acreditar no que estava ouvindo. Primeiro, uma sessão de homofobia. Depois, uma demonstração de machismo. Será que ele realmente achava que ela estava se oferecendo? E será que ele agarraria mesmo a mulher, uma estranha, sem nenhuma intimidade, dentro de uma agência bancária? Ou teria dito aquilo apenas para reforçar a pose de machão?

Em minhas observações, pude perceber que os trabalhadores “baianos” de Rio Grande se consideram, de fato, muito machos. Consideram-se como extremamente viris, muito mais que os gaúchos, que, como já coloquei, são estereotipados como enrustidos, na debochada percepção baiana. Para eles, é normal o atrevimento. Faz parte de sua conduta masculina. Tal machismo soa natural. Os “baianos” fazem propaganda de si mesmos, no que se refere às habilidades como amantes. O apelo sexual exagerado, do qual reclamam os rio-grandinos, não é um defeito, mas, antes, uma de suas virtudes. Em 2012, a cidade do Rio Grande registrou



uma elevação significativa dos casos comprovados de sífilis, tanto em números absolutos quanto em termos proporcionais, em virtude do crescimento populacional descoordenado e da chegada de migrantes. Ocorreu então uma campanha de prevenção, lançada pela Secretaria Municipal de Saúde. Os “baianos”, ao serem interpelados por agentes de saúde, alegaram que não usavam e nem poderiam usar camisinha, já que a cidade não oferecia camisinhas compatíveis com o tamanho de seu pênis. Em pouco tempo, as farmácias adquiriram estoques de preservativos extragrandes, para dar conta da demanda. Não pude descobrir se o problema era mesmo verdadeiro ou se constituía apenas escusa e/ou autopropaganda daqueles forasteiros que praticavam relações sexuais sem proteção. O fato é que os “baianos” ficaram com fama de “bem-dotados”, e cheguei a ouvir piadas maliciosas de mulheres a respeito de suas medidas. É interessante ponderar, em face de tal contexto, que, no âmbito da sexualidade, o atrevido baiano não deve ser entendido, afinal, só como homem tarado, nojento, machista. Para as mulheres, que sofriam com o assédio, essa talvez fosse a melhor definição. Mas para os homens da cidade, que também faziam coro nos lamentos e reclamações, o baiano era uma ameaça; uma ameaça aos bons costumes, à família, mas também a eles próprios e à sua hegemonia masculina. Pelo que compreendi, o machismo dos “baianos” era veementemente reprovado pelo olhar machista dos homens rio-grandinos, que se sentiam inseguros diante da presença de “caçadores” na cidade. Sem falar na intimidação provavelmente provocada, em alguns, pelo boato referente ao tamanho do pênis dos “baianos”.

Quando disse que o tema da sexualidade talvez fosse o mais polêmico deste trabalho, foi no sentido de que, em vista dos episódios nítidos de machismo e assédio protagonizados por trabalhadores “baianos” em Rio Grande, o preconceito contra eles, que fiz questão até aqui de analisar sob um olhar crítico, poderia vir a ser avalizado. Não posso negar o que vi e ouvi. De fato, a presença dos “baianos”, com suas investidas frequentemente inconvenientes, significou um problema relevante, sobretudo, para as mulheres rio-grandinas. Os “baianos” garanhões são homens que exercem práticas e comportamentos machistas e que, nesse sentido, naturalizam e reafirmam uma cultura opressora. Há que se admitir, entretanto, que tais eventos têm contexto específico. São local e temporalmente situados. O problema não está em se repudiar as ações machistas de “baianos” que trabalham na cidade do Rio Grande, mas em se construir, a partir de tal realidade, idiosincrasias essencializadas e preconceituosas acerca do gênero “baiano”, como ente abstrato, generalizado e estereotipado. Para os rio-grandinos, e não creio que de maneira maldosa, emergiu a convicção de que todo “baiano” é

machista, desrespeitoso, atrevido, tarado, mulhereço, cafajeste. Isso não pode, contudo, encerrar a verdade ontológica sobre os homens de um estado inteiro. Penso que, a partir de uma interpretação menos rasteira da realidade em análise, é preciso considerar, por exemplo, o fato que citei em outro momento; a saber, trata-se de um contexto social bastante específico, em que levas de homens migram para trabalhar em uma cidade distante da terra de origem e de suas famílias. O ajuntamento masculino e os hábitos adquiridos no novo ambiente social, as festas em grupo, as churrascadas e bebedeiras, tudo isso contribui para a configuração de um “clima de algazarra” e para o reforço de um *self* machão. Não quero afirmar, com isso, que os “baianos” não têm tais características, enquanto marcadores regionais de suas personalidades. Mas, sim, que tal manifestação é constituída, da forma como apresentei, justamente devido à sua inserção no contexto rio-grandino, com todas as especificidades que até aqui relatei. Em Rio Grande, com efeito, eles são homens “livres”, em grupos, com dinheiro no bolso. Isso faz diferença, com certeza. Ouvi um boato de algumas alunas, que, em tom de conselho para mulheres, alertavam que era preciso tomar cuidado com os “baianos” em festas, pois eles não demonstravam preocupação com prevenção sexual, já que “poderiam muito bem fazer um filho e depois ir embora e nunca mais aparecer”. A situação seria diferente, suponho, se eles estivessem na Bahia.

3 Considerações finais

Nesse trabalho, teçi algumas reflexões antropológicas acerca do “problema” gerado pela chegada de trabalhadores “baianos” na cidade do Rio Grande/RS e pela convivência tensa entre estes e os nativos rio-grandinos. Rio Grande é considerado um ponto estratégico para o desenvolvimento nacional, em razão de seu potencial portuário e das condições favoráveis de que dispõe para o estabelecimento de uma indústria naval (DORNELES; BORGES; POTTES, 2011; FEIJÓ e MADONO, 2013). A ampliação do cais do porto e a construção do polo naval da cidade fizeram parte dos investimentos do PAC, e os efeitos locais disso apareceram, abruptamente, com a chegada de plataformas petrolíferas e a conseqüente demanda por serviços industriais. A cidade começou a receber, então, grupos expressivos de trabalhadores migrantes, muitos deles oriundos da Bahia. O termo “baiano”, em todo caso, tornou-se genérico para referência aos trabalhadores “de fora” do eixo centro-sul do Brasil. Ou seja, alguns “baianos” não eram, de fato, baianos. Para muitos rio-grandinos, tais homens passaram a representar um problema real em âmbito local, seja pela ameaça que constituíam na concorrência por vagas de emprego, já que muitos deles, qualificados, vinham

empregados para “tomar o lugar” dos rio-grandinos, seja pelo incômodo que despertavam por suas diferenças culturais, pelos “maus hábitos” que apresentavam e pelo modo “incivilizado” de se comportar no espaço público, identificados segundo percepção amplamente difundida entre os habitantes locais. Tive contato com essa realidade empírica durante pouco mais de três anos, nos quais morei na cidade a trabalho, passando, assim, por uma espécie de experiência etnográfica alternativa de imersão no universo dos nativos. Para a construção de minhas reflexões antropológicas, feitas em caráter de esboço, devo advertir, pude contar com um *corpus* abundante de observações, vivências, relatos e conversas casuais, amadurecido no decorrer de minha estada na cidade, além de quatro entrevistas semiestruturadas (duas com rio-grandinos e duas com “baianos”), realizadas exclusivamente para a produção desse trabalho, como recurso metodológico complementar.

Analisei as relações entre rio-grandinos e “baianos” a partir de alguns elementos teóricos importantes, como identidades locais e regionais, migração e preconceito. Vale reiterar que a dinâmica de tais relações é construída a partir de uma bipolarização ontológica, em que os “de fora”, os outros, isto é, os “baianos”, são definidos e tratados pelos habitantes locais como *outsiders* (ELIAS e SCOTSON, 2000), sofrendo, por isso, certos preconceitos e encarnando, a partir daí, a explicação e a responsabilidade pela maioria dos infortúnios que se abatiam sobre a cidade – como, por exemplo, o caos urbano, gerado pelo crescimento econômico repentino e desordenado. Nesse processo inter-relacional, identidades regionais são mobilizadas. O “ser rio-grandino” e o “ser gaúcho” são resgatados, significados e ressignificados pelos moradores da cidade, transformados em face das exigências específicas desse contexto inter-regional. O “ser” baiano também é acionado, e, a partir daí, estereótipos são trabalhados no imaginário da população local, como instrumentos de explicação dos acontecimentos reais e tangíveis, e, da mesma forma, os “baianos” também se valem de estereótipos, para contraporem-se aos locais e para demarcarem seu espaço em um novo território. Trata-se de um tenso e dinâmico processo de transculturalização (SAHLINS, 1997), em que, devido a movimentos migratórios típicos de grandes processos globalizados, mudanças sociais e culturais são promovidas, mas onde se observa uma valorização e recriação do local e de seus costumes e símbolos (OLIVEN, 1992). Há preconceito contra os “baianos”, em Rio Grande, e isso é inegável. As diferenças culturais, por certo, contribuem para dificultar o reconhecimento da alteridade, mas não se pode atribuir toda explicação a isso. É necessário evidenciar, enfim, que os “baianos”, além de personificar a figura do outro

cultural, constituem para muitos rio-grandinos certa ameaça à vida cotidiana da cidade: ameaça econômica, moral, sexual, comportamental, etc.

Tenho consciência de que esse trabalho é um esboço analítico e reflexivo. Seu alcance antropológico e sociológico pode ser ampliado, a partir de um aprofundamento de discussões teórico-conceituais e de maiores esforços metodológicos, no sentido de torná-lo ainda mais fiel à complexa realidade das inter-relações rio-grandino e baianas e de seus desdobramentos. Não pretendia esgotar o assunto, de qualquer maneira, e sim edificar algumas bases e rumos para a continuidade de tal investigação. Com efeito, percebi que a questão, apesar de bastante presente no cotidiano da cidade do Rio Grande, carece de estudos que a analisem a partir de um olhar científico mais profundo e minucioso. Suponho que isso se deva ao fato de se tratar de matéria recente. Algumas pesquisas devem estar em andamento, enquanto, outras, ainda devem estar por vir.

ANTHROPOLOGICAL REFLECTIONS ON CULTURAL AND REGIONAL IDENTITIES, MIGRATION, AND PREJUDICE: THE “BAIANOS” WORKERS IN RIO GRANDE/RS, BRAZIL

Abstract: In this paper, I analyse the social tensions which have evolved in Rio Grande/RS, a southern Brazilian town, in this decade, because of migrant workers arrival, from other Brazilian states, especially from Bahia to that town. Rio Grande has crossed a period of an accelerated urban and economic growth, since the port expansion and the creation of a naval industry in town, due to the Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), created by Brazilian federal government. This growth has had side effects, such as increasing of violence, inflation, urban chaos, etc. For many people who live in Rio Grande, these problems have been caused by the migrant workers called “baianos”. They are known to have taken local jobs, and, besides that, they are said to have changed everyday life in town, bringing chaos and conflict. I used ethnographic observation and interviews with “baianos” and rio-grandinos to understand cultural and regional identities, migration, and prejudice, through anthropological reflections, considering the local case of Rio Grande. It is possible to say that, for many people from Rio Grande, from different socioeconomic backgrounds and with different education, the “baianos” are seen as less civilized, against local order, and as a threat to local job opportunities, to women and families. In this complex process of the other’s judgement, people produce regional stereotypes and prejudice, and stigmas are created. In this sense, the migrant workers possibilities of insertion in local social life are diffculted.

Keywords: Cultural and regional identities. Migration. Prejudice.

Referências

- ALMEIDA, Alessandra Félix de. **Olhares paulistanos, sensações nordestinas**. 2012. Disponível em: <http://www.fespsp.org.br/sic2012/papers/2010/IISIC_Olhares_nordestinos.pdf>. Acesso em: 20 jul.2014
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. São Paulo: Cia das Letras, 2008.
- BEZERRA, Marcos. Pertencimento local, políticas de município e gestão de populações em duas áreas do agronegócio. In: **Revista de Antropologia**. São Paulo: USP, 2012.
- DORNELES, Carol Nicoli; BORGES, Daiana Carvalho, POTTES, Débora Bastos. O polo naval desenvolvendo Rio Grande (Comunicação). In: **1º GPDR Mercosul: O papel da universidade**. Pelotas: UFPEL, 2011.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- FEIJÓ, Flávio; MADONO, Danielle. **Polo naval do Rio Grande: potencialidades, fragilidades e a questão da migração**. Porto Alegre: UFRGS/FCE/DERI, 2013.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: LCT, 1988.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Os avessos do mito: o preconceito contra os “baianos”. In: **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Editora 34, 2002.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Preconceito de cor e racismo no Brasil. In: **Revista de Antropologia**. São Paulo: USP, 2004.
- HAESBAERT, Rogério. Território e identidade: o encontro entre “gaúchos” e nordestinos no Brasil (Comunicação). In: **Encuentro de Geógrafos de América Latina**, n. 6. Buenos Aires, 1997.
- MATTOS, Flávia; ROSA, Joanny S. R. O mercado imobiliário na cidade do Rio Grande-RS e os reflexos gerados pelo Programa de Aceleração do Crescimento-PAC, representado pelo Polo Naval e pelo Programa Minha Casa Minha Vida-PMCMV (Comunicação). In: **13ª Conferência Internacional da LARES**. São Paulo: Centro Brasileiro Britânico, 2013.
- OLIVEN, Ruben George. **A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil nação**. Petrópolis: Vozes, 1992.
- PINTO, Raphael Colvara. **A cidade como espaço de acolhida: o pensar teológico no contexto do polo naval na cidade de Rio Grande/RS**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PUCRS, 2014.
- SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: EDUSP, 1998.



SAHLINS, Marshall. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção. In: **Mana** [online], 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/mana/v3n1/2455.pdf>>. Acesso em 01 jun.2014.

SOUZA, Vanessa Alexandre de. A discriminação na sociedade brasileira globalizada. **Espaço Livre**, v.5, 2010.